



Tramas da Precarização das Condições de Produção e Trabalho no Agreste de Pernambuco: o Município de Toritama entre 2002 e 2017

SÍRIA MONIQUE A. DE MOURA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

BRENDA RAYANE DE L. ARRUDA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

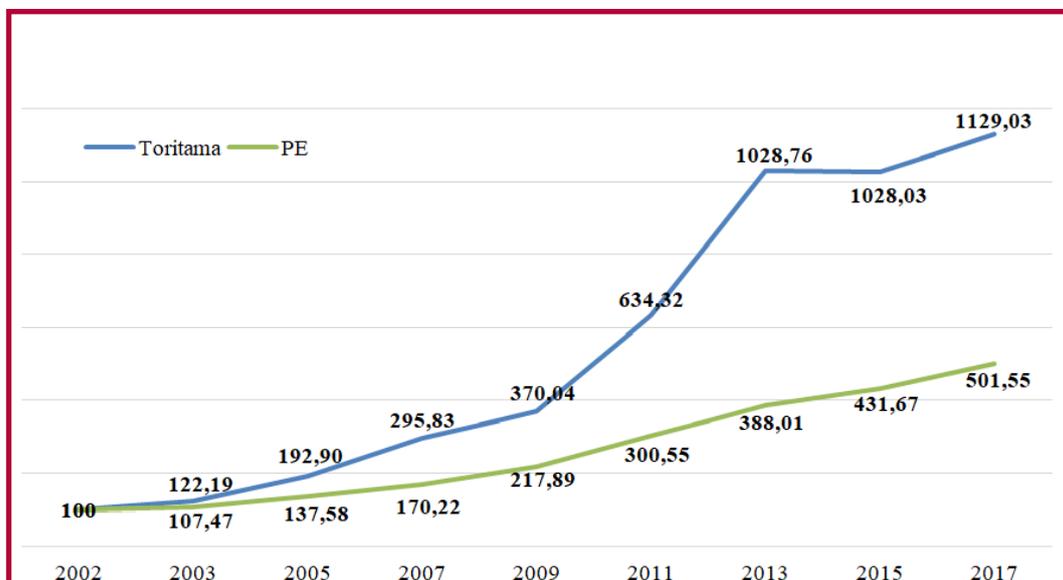
ANDRÉ LUIZ DE MIRANDA MARTINS (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR ASSOCIADO DO CAA/UFPE)

A concentração do esforço produtivo local na produção de jeans tem garantido ao município de Toritama, localizado no Agreste Setentrional pernambucano, as alcunhas de cidade sem desemprego, cidade-fábrica e cidade de migrantes: com efeito, entre 2000 e 2010 foi basicamente a migração o determinante do seu incremento populacional, de 63%, contra 11% para o estado de Pernambuco no mesmo interregno (Fade-UFPE, 2003). Resulta que em 2010 a população de Toritama era de 35.554 habitantes (Censo Demográfico 2010; as estimativas do IBGE para 2015 e 2019 são de 42.123 e de 45.219 habitantes, respectivamente).

O Gráfico 01 ilustra a evolução do Valor Adicionado Bruto-VAB Total, de Toritama e de Pernambuco entre 2002 a 2017. Note-se, nesse interregno, o expressivo crescimento para Toritama, que se distancia da trajetória de Pernambuco a partir de 2009.

Gráfico 01

Toritama e Pernambuco: crescimento do VAB Total entre 2002-2017



Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Agência Condepe-Fidem (2020).

A contribuição toritamense para o VAB Total de Pernambuco teve importante aumento entre as décadas de 2000 e 2010: de 0,09%, em média, entre 2002 e 2009, para 0,37%, em média, no interregno 2010-2017. O município ainda experimentou aumento significativo de sua participação no Produto Interno Bruto-PIB per capita, de R\$7.916,60 em 2010 para R\$14.131,28 em 2017¹ – um incremento de 78,5%, que neste quesito posicionou Toritama acima de todos os 26 municípios da Região Geográfica Imediata de Caruaru, excetuando-se este.

Como uma peça de roupa acabada (uma calça jeans, por exemplo), em que dificilmente se veem certas tramas, desponta para o grande público a imagem da prosperidade econômica súbita alcançada em Toritama, “cidade do dinheiro azul” (uma referência ao índigo). Contudo, descosturando-se a peça, identificam-se, na organização da produção de confecções local, aquelas formas de gestão do trabalho frequentemente denominadas de **flexibilidade quantitativa ou externa da força de trabalho**, que permite às empresas um rápido ajuste de suas despesas com mão-de-obra às flutuações de demanda, ante a intensificação da concorrência.

Da flexibilidade à **precarização**: ou seja, insegurança, perda (ou inexistência) de direitos sociais, salários baixos e assalariamento declinante², descontinuidades nos tempos de

1 Dados de VAB e PIB per capita (valores correntes) obtidos da Agência Condepe-Fidem.

2 Em Toritama, dados de 2016 apontam para um salário médio mensal dos trabalhadores correspondente a 1,4 salários mínimos. Em 2010 o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo era de 30,8% (Sebrae, 2019).

trabalho, insalubridade crescente. Nessa nova morfologia do trabalho se destaca a subcontratação de trabalho em domicílio, com participação relativamente alta de força de trabalho feminina.

Malgrado ser uma antiga atividade regional, com forte impacto principalmente no comércio varejista³, e, ainda, relevante influência na cultura local, a produção pernambucana de confecções constitui, em linhas gerais, exemplo um tanto extremo da pouca integração entre os segmentos da cadeia industrial têxtil e de confecções no Brasil. Em Toritama, essa baixa integração se materializa na fragmentação da produção local – uma miríade de pequenos empreendimentos, “muitos de base familiar, isto é, produtores individuais e/ou pequenas empresas que quase sempre funcionam em espaços domiciliares [facções, fabricos] destinados à produção” (Sebrae, 2019, p. 5), onde predomina a subcontratação.

A fragmentação das unidades produtivas é reveladora de suas limitações técnicas e de sua circunscrição à produção mais organizada – como uma seção externa à planta fabril, facilitada “pelo fato de constituírem partes do processo produtivo intensivo em mão-de-obra, nos quais o maquinário é mais simples e facilmente transportável e a subcontratação pode se realizar sem problemas técnicos” (Araújo e Amorim, 2001, p. 275).

Em 2002, 92% da população de Toritama já trabalhavam em atividades direta ou indiretamente relacionadas à indústria de confecções. Nesse ano havia 2.196 empreendimentos de confecção, dos quais 54% funcionavam como empresas. Das facções então existentes, 63% dessas eram contratadas apenas para a tarefa de costura de peças (Fade-UFPE, 2003). Em 2012, para um total de unidades produtivas (empresas e facções) estimado em 2.818, a participação relativa das empresas no total de unidades produtivas caiu para 36% (Sebrae, 2013).

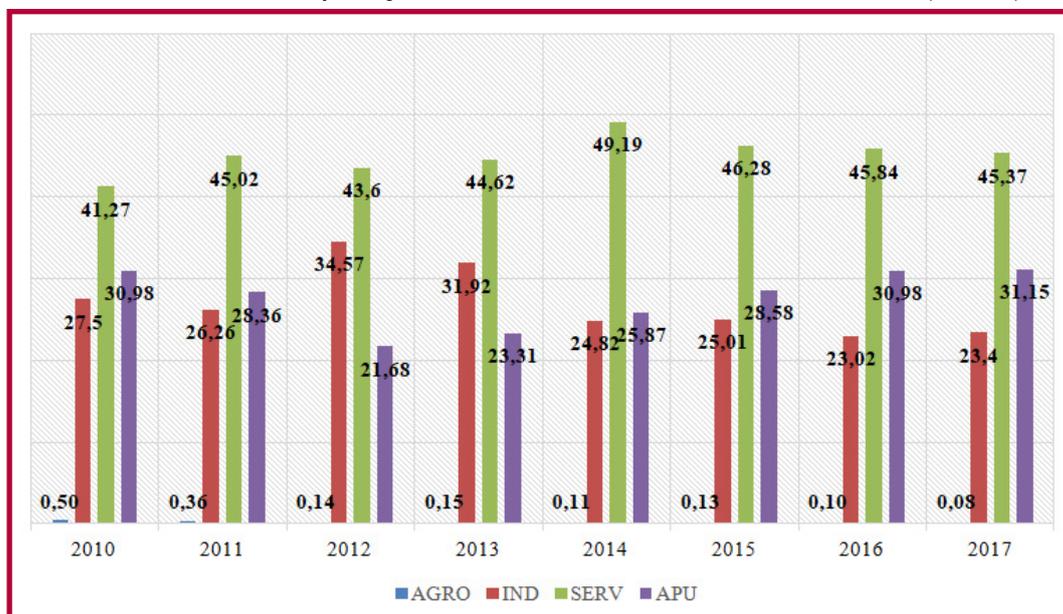
Pesquisa divulgada pelo Sebrae em 2019 informa que das 3.053 unidades ou empreendimentos então pesquisados, 1.777 não adquiriam insumos para fabricação de confecções, pelo que “apenas prestam serviços de costura reta, acabamento, aplicação de botões e acessórios, costura de zíper, entre outros, para as indústrias de confecção de Toritama, e 1.276 (...) adquirem algum tipo de matéria prima, insumos e/ou acessórios para o processo produtivo” (Sebrae, 2019, p. 3).

Tais condições de produção encaminham preponderantemente as mencionadas práticas de flexibilidade quantitativa da força de trabalho tendente à precarização. Este cenário não deveria surpreender, ainda que Toritama apresente taxas relativamente altas de participação da indústria na Composição Setorial do VAB, como indica o Gráfico 02 para os anos de 2010 a 2017.

3 Em 2019, as lojas em Toritama respondiam por 84,67% dos canais de comercialização do município (Sebrae, 2019).

Gráfico 02

Toritama-PE: Composição Setorial do VAB entre 2010-2017 (em %)



Nota: O VAB dos Serviços exclui a Administração Pública-APU.

Fonte: Elaboração própria, com base em dados da Fundação Condepe-Fidem (2020).

Desagregando o VAB Industrial, note-se que nos biênios 2010-2011, 2012-2013, 2014-2015 e 2016-2017 o VAB Têxtil de Toritama – que correspondeu a cerca de 90% do valor adicionado industrial local – representou, em média, 35% do VAB do Agreste Setentrional e 9%, em média, do VAB Têxtil de Pernambuco⁴. Por outro lado, em Toritama a participação do setor agropecuário na composição do VAB é insignificante e declinante entre 2010 e 2017, ademais discrepando do cenário agrestino setentrional. Com 31,07 km² e taxa de urbanização de 96%⁵, Toritama rifou a sua produção agrícola em prol dos fabricos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo da região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, 17/18, p. 267-310, 2001.

FADE-UFPE. **Estudos de caracterização econômica do Pólo de Confeções do Agreste de Pernambuco**. Recife: Fade-UFPE, 2003.

SEBRAE. **Estudo Econômico das Indústrias de Confeções de Toritama/PE**. Recife, abril/2019.

_____. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano**, 2012. Relatório Final. Recife, maio/2013.

4 Calculado a partir de dados da Agência Condepe-Fidem (2020).

5 Dados do IBGE para o ano de 2010.

Produção Informal de Confecções em Caruaru

ALTIENE CABRAL DOS SANTOS (GRADUANDA EM ADMINISTRAÇÃO NO NG/CAA/UFPE)
CLÁUDIA FREIRE (DOUTORA EM CIÊNCIAS SOCIAIS E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)

A cadeia têxtil está entre os setores produtivos mais importantes no Brasil e sabemos que São Paulo lidera o ranking produtivo, contudo, outros estados possuem expressividade histórica e socioeconômica no ramo, como Pernambuco, ocupando o 7º lugar entre os estados produtores (IEMI, 2017). Lembrando que a cadeia têxtil abrange as atividades de fiação, tecelagem, acabamento e confecção (ABDI, 2008), Pernambuco apresenta uma divisão que concentra fiação, tecelagem e acabamento na área metropolitana de Recife, cujo complexo fabril foi iniciado no século XIX, em 1884, expandindo-se nas décadas seguintes por várias localidades do estado (Gunn e Correia, 2005). A partir da década de 1930 esse patamar diminuiu, mas não perdeu importância em termos produtivos.

A produção de confecções, por sua vez, aconteceu tanto em Recife quanto no interior do estado, mas em condições diferenciadas. Em Recife, derivou do complexo fabril têxtil já existente, mas no Agreste, a situação foi demarcada pela necessidade de sobrevivência, em um contexto de subdesenvolvimento e precariedade que atingia toda a vida social (FREIRE, 2019). Através de dois relatórios do SEBRAE, um em 2003 e outro em 2013, a produção Agrestina foi detalhada revelando que as milhares de unidades produtivas tinham como alicerce a produção informal, a gestão improvisada e o comércio de feira. Ainda que na entrada dos anos 2000 se verificasse um cenário de modernização, tornando o local um Polo de Confecções, permaneceu a produção informal. Esta, foi e ainda é a forma básica de estruturar 80% das unidades produtoras que são de micro e pequeno porte, denominadas fabricos e facções. Fabricos quando produzem peça completa, facções quando desempenham alguma atividade complementar do processo produtivo (SEBRAE, 2013).

Considerando a expressividade das 11.562 unidades produtoras informais, distribuídas nas principais cidades – Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, é necessário dar visibilidade ao seu cotidiano para destacar as condições problemáticas em que atuam, como forma primeira de pensar um desenvolvimento social para o Agreste Pernambucano.

Para tanto, esta abordagem apresenta características de um estudo qualitativo, realizado em Caruaru no ano de 2019, através de entrevistas semiestruturadas com seis micro produtores informais de confecção, revelando os pormenores do seu cotidiano. É importante considerar que o estudo não trata apenas de caracterizar um grupo de produtores informais, mas a oportunidade de entender a dinâmica produtiva e a cultura empreendedora local. As características referem-se ao perfil, ao processo produtivo e às condições de trabalho em seus fabricos, demonstrando como é produzir na informalidade.

PERFIL DO PRODUTOR INFORMAL DE CONFECÇÕES

Em síntese, os entrevistados são em maioria do sexo feminino, aliando trabalho doméstico com o trabalho da confecção em seu espaço de moradia, não há uma faixa etária predominante (varia de 20 a 50 anos), são naturais de Caruaru, possuem ensino médio completo, atuam neste tipo de produção desde que começaram suas vidas profissionais e o principal objetivo dessas pessoas é ser independentes, ter seu próprio negócio para sustentar a família.

PROCESSO PRODUTIVO

Quanto ao processo produtivo, tem-se que a produção se concentra em bairros populares de Caruaru, como: Salgado, São João da Escócia, Serranópolis, Santa Rosa e Cidade Jardim. A produção acontece nas casas, ocupando um cômodo, podendo ser um quarto, um terraço/garagem ou um salão no quintal, separado fisicamente das atividades do lar, mas atrelado à rotina da família. Os participantes do processo produtivo variam em grupos de 3 a 4 pessoas da família, subdivididas entre as etapas do processo produtivo.

Figura 01

Espaço de produção informal – quarto de uma casa



Fonte: Dados de Pesquisa de Campo (2019).

Em comparação ao processo industrial de confecção¹ a quantidade de etapas da produção informal é menor, mantendo uma média de sete etapas: compra do tecido, modelagem/corte, costura, lavanderia ou estamparia, acabamento, embalagem e estoque. A maioria destes produtores terceiriza duas etapas: a de modelagem/corte e estamparia ou lavanderia. Os terceirizados são as facções, unidades produtoras informais complementares, especializadas nas referidas etapas.

1 Paiva (2010) aponta que o processo industrial de confecção compreende quinze etapas.

Figura 02**Maquinário e instrumentos da produção informal de confecções**

Fonte: Dados de Pesquisa de Campo (2019).

A maioria das máquinas utilizadas são de segunda mão. Quando novas, são compradas em lojas de varejo na cidade, são do tipo interlock, overlock, reta, duas agulhas, travete e caseado. As ferramentas são básicas: aviamentos, tesouras e bancadas para tecidos e materiais. A obtenção destes instrumentos de produção também se dá em lojas de varejo na cidade e devido à limitação de recursos, este produtor compra em pouca quantidade, o suficiente para garantir a produção semanal. Não há uma quantidade padrão de peças produzidas, a depender das máquinas utilizadas e da perspectiva de venda, pode haver uma variação entre 200 e 2000 peças por semana. Na maioria, roupas infantis e modinha. A comercialização acontece principalmente nas feiras da Sulanca (seja em Caruaru, Toritama ou Santa Cruz), podendo ser combinada com encomendas de lotes de roupas por produtores de maior porte ou fábricas.

Essas características evidenciam uma parceria que alimenta a informalidade de duas maneiras: a integração de fabricos e facções para garantir a produção informal destinada à feira e a integração entre fabricos, facções e as fábricas, complementando a produção fabril. Assim, a informalidade será sempre necessária e usual na dinâmica produtiva do Polo de Confecções.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

As condições em que o trabalho acontece para estes produtores exemplifica como 3.568 unidades produtoras informais em Caruaru (SEBRAE, 2013), estabelecem suas relações de trabalho.

Os produtores pesquisados contratam pessoas do seu círculo de convivência, indicados e pertencentes a sua família ou de algum conhecido. Na maioria dos casos, os contratados são inseridos automaticamente na produção se sabem desempenhar alguma etapa produtiva. A remuneração paga é um salário fixo, similar ao salário mínimo, podendo ser acrescido por alguma comissão negociada. No ambiente produtivo, a iluminação é feita sem con-



siderar especificações técnicas, não se valoriza a iluminação natural e prefere-se apostar na colocação de mais lâmpadas. A ventilação é garantida por abertura no teto ou janelões ou ventiladores trazidos de casa pelos funcionários. A limpeza é feita todos os dias, em uma ação conjunta entre funcionários e proprietários. Não utilizam equipamentos de proteção e não há ergonomia nas cadeiras, máquinas e bancadas utilizados.

Não há uma divisão fixa de funcionários por atividades, todos sabem fazer todas as etapas. são multifuncionais, sem especialização de habilidades. A jornada de trabalho adotada na maioria dos empreendimentos é de 9 horas diárias, 54 horas semanais, com possibilidade de serão, e não há possibilidade de férias.

Em suma, as condições precárias dominam a cena, o sentido de ser independente, de ter seu próprio negócio efetivamente é uma possibilidade de sobrevivência, mas não há garantia de prosperidade, nem planejamento e nem normalização legal para produção ou para gerir pessoas. A cultura empreendedora local tem como foco garantir a produção para vender na feira ou cumprir as encomendas feitas, o processo de produção e as condições de trabalho são realizados “como dá pra fazer”. À medida que a atividade acontece assim, não há garantias de qualidade, de segurança, de profissionalização, de recolhimento de impostos e nem de assistência ou proteção aos envolvidos. Faz a circulação de dinheiro acontecer, mas sob condições limitantes e subdesenvolvidas, comprometendo o potencial da produção local.

REFERÊNCIAS

IEMI. **Estudo da competitividade dos setores têxtil e confeccionista no estado de Pernambuco**. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico/ Núcleo Gestor da Cadeia Têxtil: Recife, 2017.

ABDI. **Relatório de Acompanhamento Setorial Têxtil e Confeção**. Volume 1. 2008. Disponível em: <<https://old.abdi.com.br/Estudo/textileconfeccao2008.pdf>>. Acesso em 11 de fevereiro de 2019.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n.1, maio/2005.

FREIRE, Cláudia. **Da condição de trabalhador à condição de empresário**: estratégias de sobrevivência em um contexto de subdesenvolvimento. Curitiba: Editora Appris, 2019.

FADE/UFPE. **Estudo de caracterização econômica do Polo de Confeções do Agreste Pernambucano**: relatório final apresentado ao SEBRAE/PE. Recife: Editora da UFPE, maio/2003.

SEBRAE/PERNAMBUCO. **Estudo econômico do arranjo produtivo local de confeções do agreste pernambucano**, 2012. Recife: SEBRAE, maio/2013.

Rendimento Médio das Ocupações em Confeccões nos Municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama: Quão Diferentes Foram os Formais dos Informais em 2010?

JARDIAEL FERREIRA DE LIMA (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
 ROSA KATO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO CAA/UFPE)
 MARCIO MICELI MACIEL DE SOUSA (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO CAA/UFPE)

Os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama apresentaram, nos últimos anos, taxas médias de crescimento do PIB maiores que o Brasil, o Nordeste e Pernambuco, constituindo-se em importantes zonas de atração populacional. A mola propulsora desta dinâmica encontra-se no setor de confeccões, todavia pouco se conhece em relação às características dos indivíduos e as formas de inserção no mundo do trabalho nestes espaços. Com o propósito de alcançar este objetivo, foram selecionados dados do IBGE, mais especificamente, do Censo Demográfico de 2010, para melhor compreensão do objeto em questão.

Tabela 01

Perfil dos Indivíduos Ocupados no Setor de Confeccões no Ano de 2010 nos Municípios Selecionados

Perfil Socioeconômico	Caruaru		Santa Cruz do Capibaribe		Toritama		
	Indivíduos	(%)	Indivíduos	(%)	Indivíduos	(%)	
Gênero	Masculino	1.035	35,0	1.074	44,0	653	53,0
	Feminino	1.920	64,9	1.367	56,0	578	46,9

Raça	Branca	1.515	51,2	1.066	43,6	546	44,3
	Preta	115	3,8	67	2,7	21	1,7
	Amarela	22	0,7	31	1,2	13	1,0
	Parda	1.299	43,9	1.276	52,2	651	52,8
	Indígena	4	0,1	1	0,0	0	0
Idade	10 a 20 anos	509	17,2	528	21,6	308	25,0
	20 a 30 anos	1.053	35,6	900	36,8	485	39,0
	30 a 40 anos	677	22,9	605	24,7	264	21,4
	40 a 50 anos	442	14,9	267	10,9	129	10,4
	51 a 59 anos	174	5,8	89	3,6	35	2,8
	mais de 60 anos	100	3,3	52	2,1	10	0,8

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2010).

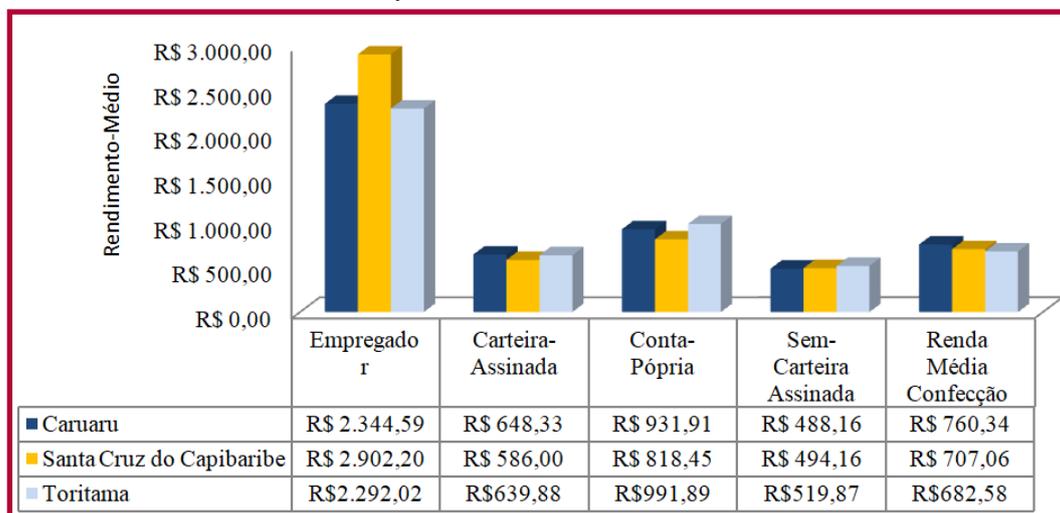
A análise da Tabela 01 revela uma maior concentração de mulheres em Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, em especial na primeira cidade, no setor supracitado. Esta lógica se inverte em Toritama, onde há um predomínio dos homens. Têm sido comum a presença masculina em atividades de corte das peças e costura em pequenos fabricos, na cidade, mas também na Zona Rural. Em algumas situações, são antigos agricultores que mudaram de ofício ou até mesmo filhos de agricultores que resolveram se inserir na confecção, não dando continuidade aos passos dos pais. A introdução de atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro é interpretada por Graziano (1999) pela presença do fenômeno das novas ruralidades, com traços marcantes na região Nordeste e em Pernambuco.

No tocante a raça, destaca-se um predomínio de brancos e pardos nos três municípios, com baixa participação de pretos, fruto da formação econômica do Agreste Pernambucano, o qual tinha na pecuária uma importante atividade complementar à cana-de-açúcar. Enquanto na atividade criatória as relações de produção se baseavam na “quarta”, a cada quatro bezerros nascidos um era dado ao vaqueiro pelo fazendeiro como forma de pagamento pelo serviço prestado (Andrade, 1986), no ciclo do açúcar o escravismo era a forma como o fator de produção mão-de-obra se acomodava.

No tocante a idade, a maior parte das pessoas ocupadas encontra-se nos intervalos (21 a 30 anos e 31 a 40 anos), respondendo por aproximadamente 60% da amostra. Quando se consulta no Censo Demográfico de 2010, a informação referente à escolaridade do total de ocupados na confecção percebe-se que mais da metade não possui instrução ou não teve a condição de terminar o Ensino Fundamental. A situação é ainda mais grave em Santa Cruz do Capibaribe (61,5%) e Toritama (68,5%). Esta constatação preocupa dado que a teoria econômica aponta uma tendência para uma relação direta entre níveis de escolaridade e níveis de renda.

Gráfico 01

Rendimento Médio por Categoria dos Indivíduos do Setor de Confecções nos Municípios Seleccionados em 2010



Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2010).

O Gráfico 01 apresenta informações referentes aos rendimentos dos ocupantes do setor de confecção nos três municípios selecionados no ano escolhido. Utilizando-se o salário-mínimo em 2010 (R\$ 510,00) como referência de comparação para o cálculo do custo de oportunidade da força de trabalho, como também a observação dos rendimentos das quatro categorias e a consequente análise do elemento central da discussão, constata-se:

- No estrato Empregador verifica-se o maior rendimento para os que estão situados em Santa Cruz do Capibaribe, acompanhados pelos de Caruaru e Toritama com rendimento inferior de aproximadamente 20% e 21%, respectivamente, em relação aos empregadores que lideram o *ranking*.
- Os Empregadores dos três municípios possuem um rendimento superior a quatro salários-mínimos.
- Deslocando-se a análise aos com Carteira-Assinada, visualiza-se um maior rendimento para os trabalhadores de Caruaru, sendo acompanhados bem de perto pelos de Toritama. Nas três cidades a remuneração dos trabalhadores formais encontra-se acima do valor do mínimo em 2010.
- No tocante à classificação Conta-Própria os que residem em Toritama possuem o maior rendimento, perfazendo 1,8 salários-mínimos, aproximadamente, seguidos pelos de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe. Apesar dessa categoria receber acima de um salário-mínimo, a grande maioria não contribui para previdência social, em Caruaru (9,56%), Santa Cruz (4,76%) e Toritama (1,56%). Porém esses que contribuem apresentam os maiores rendimentos aproximando-se dos rendimentos da categoria de empregadores, em Caruaru com 3,67 salário-mínimo de renda, Toritama com 3,23 salário-mínimo de renda e Santa Cruz com 2,33 salário-mínimo de renda.



- Entre os Sem-Carteira, apenas os de Toritama conseguiram obter um rendimento um pouco acima de um salário-mínimo, enquanto os das outras duas cidades obtiveram um valor inferior ao que a Constituição Cidadã considera como o menor valor pago a um trabalhador formal. A situação destes é ainda mais dramática quando se verifica a inexistência da seguridade social.
- Quando se compara os Com Carteira com os Sem-Carteira, observa-se uma diferença de rendimento dos que se encontram na informalidade em relação aos trabalhadores formalizados de 33% em Caruaru, 18,5% em Santa Cruz do Capibaribe e 23% em Toritama, com o ônus de não dispor de férias remuneradas, décimo-terceiro salário, INSS, seguro-desemprego, entre outros benefícios assegurados pela CLT.

Finalizando o exercício proposto, compara-se o rendimento-médio do setor de confecções com a média dos rendimentos-médios dos setores econômicos dos três municípios escolhidos, consultando os dados do Censo Demográfico de 2010. Neste sentido, verifica-se que Caruaru apresenta a maior diferença para a média do agregado (R\$ 127,44), sendo esta suavizada quando se observa o comportamento para Santa Cruz (R\$ 49,56) e Toritama (R\$ 23,95).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem do Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1986.

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Publicado em 2011.

SILVA, José Graziano da Silva. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

As Zonas Cinzentas da Formalidade em Lavanderias de Beneficiamento no Agreste Pernambucano

FERNANDA MARIA ALMEIDA DE ANDRADE (GRADUANDA EM ADMINISTRAÇÃO NO CAA/UFPE)
ANA MÁRCIA BATISTA ALMEIDA PEREIRA (DOUTORA EM ADMINISTRAÇÃO E PROFESSORA DO CAA/UFPE)

Na composição da indústria nacional brasileira, levantamento realizado pelo Sindicato Intermunicipal de Lavanderias no Estado de São Paulo (SINDILAV) estimou a existência de 9.500 lavanderias, sendo 7.400 domésticas, 2.100 industriais, aproximadamente, empregando cerca de 58.000 trabalhadores no país. O faturamento do setor atingiu R\$6.743.000.000,00 em 2014. No tocante à cadeia produtiva de confecção do *jeans*, as lavanderias de beneficiamento compõem a indústria de transformação, sendo o elo que agrega valor à peça nos processos sucessivos de lavagens e enxagues (produção úmida), e de efeitos manuais diferenciados¹. No Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, o município de Toritama ocupa o 2º lugar na produção de *jeanswear* no país, concentrando 16% da produção nacional, tendo mais de 3.000 estabelecimentos de confecções, 34% somente no segmento *jeanswear*, 50 lavanderias de beneficiamento, 6.987 pessoas ocupadas e 60 milhões de peças de jeans produzidas por ano (SEBRAE, 2013; 2019). A finalidade deste texto é caracterizar o processo de formalização do setor com base em dados da RAIS/Ministério da Economia, em fontes documentais e resultados de estudos de campo com foco qualitativo (Pereira, 2018). Estas evidências suscitam reflexões sobre as dinâmicas socioeconômicas que balizam as fronteiras entre a formalidade e a informalidade nas lavanderias.

Tabela 01

Número das Lavanderias de Beneficiamento: Pernambuco e Nordeste

Ano	Nordeste (un.)	Agreste PE (un.)	Participação no NE (%)
2010	16	5	31,25
2012	20	8	40,00
2014	34	23	67,65

1 Para maior detalhamento sobre as etapas da lavagem, consultar Pereira (2018, p. 134-138).

2016	45	31	68,69
2018	46	36	78,26

Nota: As Lavanderias de Beneficiamento compreendem empresas cadastradas com CNAE 2.0: indústria de transformação, subclasse 1340502 (alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário)².

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/Ministério da Economia (2020).

Tabela 02

Concentração das lavanderias em Pernambuco

Ano	Agreste PE (un.)	Polo-10 (un.)	Toritama (%)	Caruaru (%)
2010	5	5	40,00	40,00
2012	8	8	12,50	50,00
2014	23	23	60,87	17,39
2016	31	31	61,29	19,35
2018	36	36	47,22	33,33

Nota: As Lavanderias de Beneficiamento compreendem empresas cadastradas com CNAE 2.0: indústria de transformação, subclasse 1340502 (alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da RAIS/ Ministério da Economia (2020).

No Polo pernambucano, a presença das primeiras lavanderias data dos anos 1970, organizadas em “fundo de quintal”, com base no trabalho domiciliar e desprotegido, historicamente constitutivo da experiência socioproductiva agrestina. Desde os anos 2000, o segmento vem sendo tensionado para **formalizar-se**, com discursos mais dirigidos à problemática ambiental, mas com rebatimentos na gestão dos negócios e nas relações de trabalho. Abrangendo diversas dimensões, por nós analisadas em outro estudo, a informalidade não se restringe aos aspectos legais dos contratos (de trabalho e de constituição de empresas), apesar de ser um de seus indicadores mais visíveis.

Nesta direção, nas Tabelas 01 e 02, é possível observar que tem havido um movimento de formalização entre 2010 e 2018. Dentre outros fatores esse processo está relacionado à ação de vários agentes coletivos modernizantes³ que vem atuando desde a década anterior. Este aspecto vem aumentando a participação do Agreste Pernambucano no conjunto das lavanderias legalmente constituídas como empresas, situadas no Nordeste e conectadas à indústria de confecção. Como se pode notar, o número de lavanderias no Agreste apresentou incremento significativo em 2014, 2016 e 2018, o que elevou a participação do segmento no Nordeste para os patamares de 68%, 69% e 78%, aproximadamente, no

2 Há lavanderias que funcionam integradas às confecções, o que pode gerar dados relativos aos vínculos de trabalho, ao tamanho e registro das unidades com códigos específicos da indústria de confecção do vestuário.

3 Projetos coordenados pelo ITEP/SEBRAE no início dos anos 2000; a criação das associações de lavanderias em Caruaru (ALC), Toritama (ACIT), Riacho das Almas (ACRA) e atuação do Ministério Público.



período, não obstante a permanência de lavanderias **clandestinas**⁴ na região. Outro dado importante, trazido pela Tabela 02, é que a presença das lavanderias no Agreste é majoritária no Polo-10⁵, que em 2012 concentrava 18.803 estabelecimentos e a maior produção de confecções da região (SEBRAE. 2013). No caso específico das lavanderias, a alta concentração das empresas se manteve em Toritama (47,22%; 17 unidades) e Caruaru (33,3%; 12 unidades), em 2018. Comportamento que se repetiu anteriormente, em Toritama, com percentuais na faixa de 60% nos anos de 2014 e 2016. Os dados desagregados da RAIS/MTE evidenciam que Surubim e Vertentes não apresentam unidades formalizadas, apesar da presença das Associações Empresariais na região. Riacho das Almas tem participação inexpressiva com 1 (uma) empresa cadastrada em 2018. Nota-se que a ampliação da formalidade nas lavanderias, em Toritama e Caruaru, significou uma maior concentração nas microempresas dos dois municípios. Nos circunvizinhos, - como indicam observações de pesquisa de campo -, apesar da capilaridade da atividade de confecção, as lavanderias existentes funcionam sem registro, passando à margem do incentivo estatal viabilizado pela Lei nº 15.663/2015, que autorizou a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) direcionado ao segmento na região Agreste. Em 2018, das 36 lavanderias formais no Polo-10, 24 eram microempresas, 11 pequenas empresas e 1 de médio porte⁶.

Quanto aos vínculos de trabalho, 845 trabalhadores estavam formalizados, em 2018, nos municípios do Polo-10, com destaque para Toritama, responsável por 543 deste total, seguido por Caruaru e Vertentes, com 211 e 69 vínculos, respectivamente, como se pode notar no Gráfico 01 na sequência. Em 2010, período anterior à assinatura do Termo de Ajuste de Conduta em Caruaru, firmado entre Ministério Público e empresários locais, apenas 15 trabalhadores estavam com carteira assinada. Número inexpressivo se compararmos aos 82 em Toritama no mesmo período. O acumulado das formalizações nos anos analisados no gráfico totalizam 2.058 vínculos de trabalho ativos. Quando se desagrega pelo tamanho do estabelecimento, a maior parte (818) se situa em empresas de pequeno porte (de 50 a 99 trabalhadores) significando a persistência do trabalhador sem carteira assinada nas microempresas, dada a produção significativa neste perfil de unidade na região (SEBRAE, 2013).

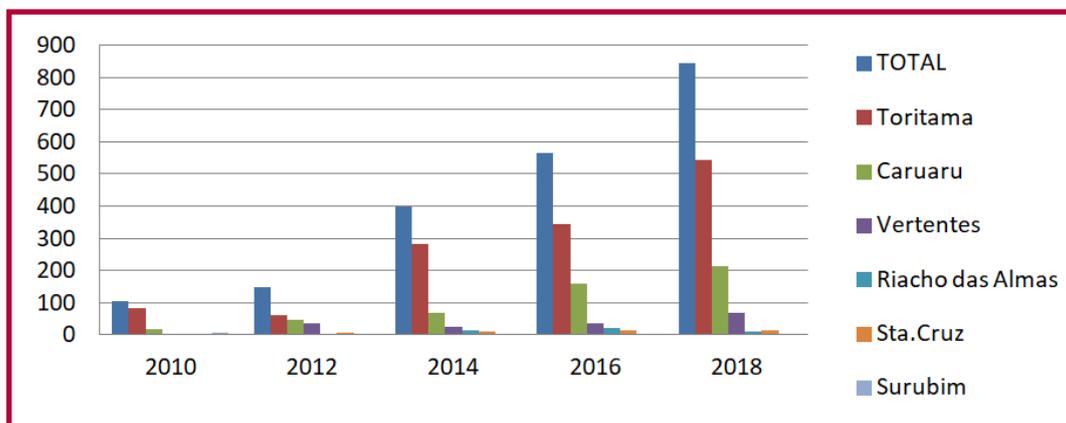
4 Termo usado amplamente pelos atores locais para se referir às lavanderias sem registro legal.

5 Denominação empregada pelo Sebrae para se referir ao espraiamento das atividades industriais, comerciais e de serviços nas confecções de roupas nos municípios de: Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama e Vertentes. Para as lavanderias, o Polo-10 se refere aos municípios de Toritama, Caruaru, Vertentes, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe e Surubim.

6 Classificação da indústria segundo o número de empregados (dados desagregados da RAIS-MTE, ano de 2020, CNAE 2.0, 1340502).

Gráfico 01

Vínculo de trabalho nas Lavanderias de Beneficiamento no Polo de Confeções de Pernambuco



Nota: As Lavanderias de Beneficiamento compreendem empresas cadastradas com CNAE 2.0: indústria de transformação, subclasse 1340502 (alveijamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário).

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da RAIS/ Ministério da Economia (2020).

Em síntese, os dados ora apresentados indicam certa tendência à formalização no segmento. No entanto, quais as implicações desse processo para os trabalhadores e gestores? Resultados de pesquisa apontam que a dinâmica social constitutiva da atividade produtiva local se encontra enraizada e disseminada culturalmente na base da informalidade. A ênfase exclusiva na dimensão jurídico-institucional tende a minimizar os pontos de reprodução, tensão, e de mudanças trazidas pelas ações modernizadoras na região. Especialmente no Polo, formalidade e informalidade perfazem zonas cinzentas, de difícil observação, sendo necessárias análises combinadas e detalhadas para captar os modos pelos quais as lavanderias se inserem na experiência local.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, A. M. B. A. Dinâmica formal-informal em lavanderias de jeans e suas implicações nas relações de trabalho. **Tese** (Doutorado em Administração, Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba). João Pessoa-PB, 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo econômico das indústrias de confeções de Toritama/PE**. Recife: SEBRAE-PE, 2019.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Estudo econômico do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano**, 2012. Recife: SEBRAE-PE, 2013.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Morais

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Poema Isis Andrade de Souza
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe